



# União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

## Junta de Freguesia

### **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2015**

#### -----**ACTA NÚMERO 10**-----

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, o Senhor Vogal António Rocha e o Senhor Vogal José Rodrigues. A Senhora Vogal Rosa Lopes Costa e a Senhora Vogal Carla Pinto encontram-se ausentes por motivos pessoais. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena justificou as ausências e deu início à décima reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

#### **Antes da Ordem do Dia:** -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----
- 3 - 2º Relatório Bimensal de Março e Abril de 2015 da Delegação de Competências da Junta de Freguesia -----

#### **Ordem do Dia:** -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 77/2015 – Concessão a título perpétuo da Sepultura N.º 332 do Talhão N.º 7 A; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 78/2015 – Aprovação de Medida contrato de emprego de Inserção - Recrutamento de pessoal – Desempregados de Longa Duração (assistente operacional – Serviços gerais - DC) – Sr. Manuel Rolo; -----

- 3 – Proposta de Deliberação N.º 79/2015 - Aprovação de Medida contrato de emprego de Inserção - Recrutamento de pessoal – Desempregados de Longa Duração (assistente operacional – Serviços gerais - DC) – Sr. Ernesto Bento; -----
- 4 – Proposta de Deliberação N.º 80/2015 - Aprovação de Medida contrato de emprego de Inserção - Recrutamento de pessoal – Desempregados de Longa Duração (assistente operacional – Serviços gerais - DC) – Sr. Valentin Ciobotaru; -----
- 5 – Proposta de Deliberação N.º 81/2015 - Atribuição de Comparticipação Financeira ao Linda-a-Pastora Sporting Clube; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 82/2015 – Direção Geral de Reinserção Social – Pedido de Colaboração - Execução de Medida de Trabalho a Favor da Comunidade; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 83/2015 – 5ª Alteração Orçamental; -----
- 8 - Proposta de Deliberação N.º 84/2015 - Aquisição de Serviços – Delegação de Competências – Sr. António Santos; -----

--- O Senhor Presidente deu a palavra ao público presente: -----

--- Pelo Senhor Manuel Costa, residente na Rua Sacadura Cabral, Porta número dez, rés-do-chão lado esquerdo, foi dito o seguinte: -----

--- Na Praceta António Boto, os funcionários da limpeza da rua retiram as folhas mas o lixo mais miúdo e o pó ficam no chão e em dez anos que moro aqui só fizeram a lavagem da rua uma vez. Gostaria de pedir, assim que houver possibilidade, que fosse feita a lavagem da rua porque existe muito pó na mesma. Em frente ao número trinta e dois da mesma rua, existe uma árvore de grande porte que está a tapar um candeeiro com três lâmpadas e por trás da minha casa, o passeio tem a calçada a saltar. -----

--- Pelo Senhor Presidente foi dito o seguinte: -----

--- O Senhor Manuel é um munícipe atento e tem demonstrado, ao longo dos anos, sabe reclamar assim como sabe também apresentar sugestões. Como já deve ter reparado, a limpeza urbana tem tido bons e maus momentos. Efetivamente já tivemos, durante os últimos anos, bons momentos e, há relativamente pouco tempo, tivemos maus momentos, e agora estamos numa fase intermédia. Estamos convencidos que nos próximos meses as coisas irão mudar. Como a Junta tem um protocolo de delegação de competências com a Câmara, nós tentamos sempre ajudar a Câmara e, por mais que eu pedisse que se telefonasse ao Senhor Presidente da Câmara para encarecidamente que se fosse ir lavar a sua rua, aposta que ele não iria conseguir que o fizessem, porque estão com falta de meios. Face a isso, assumo aqui o compromisso de, logo que seja possível, a Junta irá lá com os meios adequados, fazer uma limpeza adequada. Até porque estamos à espera de um veículo

que vamos ter, de apoio a intervenções rápidas na área da varredura e, quando o veículo chegar, ele será dotado das ferramentas necessárias e do pessoal necessário e iremos começar a atuar pontualmente, como temos feito nos últimos dois anos, em que temos uma equipa de cantoneiros para intervenções rápidas, algumas vezes até o Senhor os viu lá. Em relação à poda da árvore já estou a enviar para os serviços para ser aclareada a copa de forma a dar mais iluminação. -----

### **Ponto – Um – Informações** -----

--- Este Executivo sente-se muito orgulhoso, ao fim de muitos anos de sonho de uma população, de termos assumido, o Movimento Oeiras Mais à Frente, durante alguns anos, que iríamos construir o Centro de Saúde de Carnaxide. Foi lançada a primeira pedra na passada quarta-feira, dia vinte de maio, na Rua Manuel Teixeira Gomes, no antigo Quintal Desportivo. É uma obra de dois milhões e duzentos mil euros, em que será comparticipada pelo Município de Oeiras, sem que tivesse qualquer obrigação disso, em trinta por cento, fora o terreno que foi cedido e o Ministério da Saúde com uma comparticipação de setenta por cento. Paralelamente, esta obra tem duzentos e setenta dias de execução, vai ser um edifício muito bonito, bem localizado, bem implantado. Em dois mil e sete fizemos várias maquetes que fizeram parte de uma exposição da Câmara, nas Festas do Concelho, e numa delas dizia “Carnaxide Sonha, o Município Analisa”. E já lá estava uma maquete da Rua Manuel Teixeira Gomes com o Quintal Desportivo e com o Centro de Saúde implantado. O Dr. Isaltino, ao visitar o stand, perguntou-me o que era aquilo e disse-lhe que me tinha lembrado de fazer a maquete e de ter implantado o edifício. Disse-me que era boa ideia e que teria que se pensar no assunto e que seria, talvez, o melhor local. Ficou a ideia que depois foi trabalhado por ele e pelos técnicos da Câmara e viu-se que havia possibilidade de ser naquele local. Passados vários Governos de vários Partidos Políticos, foram assinados vários protocolos mas, com a sucessão de vários Governos, esses protocolos deixaram de ter efeito. O Dr. Isaltino deixou de ser Presidente da Câmara, atualmente é o Dr. Paulo Vistas que não desistiu. Prosseguiu o sonho, foi empreendedor, adaptou o projeto a uma nova realidade porque o projeto tem duas componentes, uma primeira fase é a construção do Centro de Saúde e a segunda fase são os arranjos exteriores, a área verde, as zonas de lazer, a zona desportiva informal. Desde que fomos eleitos em setembro de dois mil e treze, o Sr. Presidente da Câmara tem andando “atrás” do Presidente da ARS de Lisboa, porque estava difícil de se chegar a um acordo. Efetivamente, a primeira pedra foi lançada, a obra está em curso, são duzentos e setenta dias de execução e é mais um marco na história desta Freguesia e todos nós devemos ficar orgulhosos, os que estão nos Executivos Municipais e da União de Freguesias e os cidadãos

que sonhavam com isso e exigiam que isso fosse feito. Porque também devido a essa exigência é que as coisas acontecem. -----

--- No próximo domingo vamos inaugurar a nova Igreja da Outurela. A União de Freguesias tem três paróquias e esta é a terceira Igreja nova que vamos ter, ou seja, cada localidade paroquial passa a ter uma Igreja nova em cada localidade, Carnaxide, Queijas e Outurela, não esquecendo a Igreja de Nossa Senhora da Rocha que não pertence a nenhuma paróquia e que pertence diretamente ao Patriarcado de Lisboa. A obra foi iniciada há cerca de oito meses. Acho que também devemos estar orgulhosos, houve uma comissão da comunidade que se empenharam para fazer coletas junto de outras Igrejas do Concelho, o Sr. Padre José Manuel foi incansável e é um sonho que ele vê concretizado, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Paulo Vistas, foi um dos principais impulsionadores para que esta obra acontecesse desde o início, eu também tentei envolver-me e dei o meu melhor. Foram tempos difíceis mas que, neste ano e meio, houve muita garra e muita vontade para que as coisas acontecessem. -----

--- A revitalização das Festas de Nossa Senhora da Rocha foi uma promessa eleitoral nossa. Como eu dizia ontem no meu discurso no Centro de Saúde, sou político e por isso tenho que chamar as coisas pelos nomes e tenho que dizer as coisas como são porque se, na rua, sou abordado e me confrontam sobre certos assuntos da via pública, na mesma medida, quando fazemos as coisas, temos que ficar contentes por fazê-las. É a nossa obrigação mas é o nosso dever. Sendo obrigação e dever, só temos que nos sentir felizes. Um pequeno grupo de pessoas que se sentou a uma mesa e que disse que eram capazes e que iam fazer, cada um com a sua experiência, porque sem experiência e sem sensibilidade é difícil. As pessoas que organizaram a revitalização das Festas da Senhora da Rocha merecem ficar nesta ata como pessoas empreendedoras. Eu e o Dr. Zorro na coordenação, o Senhor Vogal Rodrigues em representação a Junta de Freguesia, o Senhor Secretário Américo Duarte também e o Senhor Manuel João da Irmandade, foram estas pessoas que fizeram as festas e com uma peça fundamental que é a nossa Assistente Técnica Rita Rebelo do mapa de pessoal da Junta que, sem ela também, era impossível conseguir fazer este evento. Espero que as coisas corram bem, que a festa decorra com normalidade, está montada de uma forma que não depende muito da nossa presença, vamos mais como espetadores, de uma forma que funcione quase autonomamente, tirando, claro, a parte dos feirantes, da segurança e a parte da animação em palco. Gostava que estivessem lá todos amanhã às dezoito horas e, depois, às vinte e duas horas para o grupo de trabalho ir ao palco explicar porque é que isto aconteceu, acho que é essencial irmos. -----

--- Amanhã começa a feira social e a feira de saúde e do brinquedo, de sexta a domingo, dias vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro. É uma feira já bastante conceituada e que advém da experiência acumulada dos nossos Técnicos, em particular da Técnica de Queijas Ana

Barata, e, principalmente também, da Comissão Social de Freguesia que tem uma rede de parceiros enorme e que possibilita que isto aconteça. Também no domingo, dia vinte e quatro de maio, a recolha de sangue pela Associação de Dadores Benévolos da Paróquia de Queijas. Temos um fim-de-semana com muita ação. -----

--- A Presidente da Assomada, Jaise Freire, veio agradecer o esforço que tem sido feito pela Junta até ao momento, principalmente a colaboração para o evento "Dia do Trabalhador", por ter prontidão na sua parceria. Fez questão de enaltecer o meu nome e dignificar o desempenho que tenho feito até agora. Disse estar certa de que iremos fazer uma longa caminhada juntos, que os filhos do Sr. Ezequiel agradeceram a homenagem. Esta Junta ofereceu uma pequena placa de agradecimento aos familiares. -----

--- No passado domingo, estive presente na prova de atletismo da Associação Dezoito de Maio assim como estive presente, na passada segunda-feira, no aniversário dos quarenta anos daquela Associação e comprovei que o Linda-a-Pastora Sporting Clube tem muitos atletas bem representados e bem classificados. -----

#### **Ponto – Dois – Situação Financeira -----**

No período compreendido entre o dia 07 de Maio de dois mil e quinze e o dia 20 de Maio de dois mil e quinze, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 103.707,36 € (cento e três mil setecentos e sete euros e trinta e seis cêntimos); em caixa 3.569,67 € (três mil quinhentos e sessenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 107.277,03 € (cento e sete mil duzentos e setenta e sete euros e três cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 63.453,12 € (sessenta e três mil quatrocentos e cinquenta e três euros e doze cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 29.888,33 € (vinte e nove mil oitocentos e oitenta e oito euros e trinta e três cêntimos). -----

#### **Ponto - Três - 2º Relatório Bimensal de Março e Abril de 2015 da Delegação de Competências da Junta de Freguesia -----**

--- Foi apreciado o 2º Relatório Bimensal de Março e Abril de 2015 da Delegação de Competências da Junta de Freguesia. -----

#### **Ordem do Dia: -----**

##### **1 – Proposta de Deliberação N.º 77/2015 -----**

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 207/2015, relativamente ao pedido da Sra. Maria Isabel

Guerreiro Velhinho de Almeida, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui a Sepultura N.º 332 do Talhão N.º 7 A. -----

Na referida sepultura, encontrava-se inumado o corpo do Sr. Rui Ferreira Pereira, desde 2 de Outubro de 2008, tendo o mesmo sido exumado a 28 de Dezembro de 2012, tendo como destino a casa dos ossários, ficando a referida Sepultura vaga para uma nova Inumação ou concessão. -----

No dia 29 de Dezembro de 2012 foi inumado o Sr. Manuel Fernando Perdigão de Almeida, na sepultura n.º 332 do talhão n.º 7 A, marido da requerente acima referida. -----

Neste contexto, proponho: -----

1. Que seja concedida a referida concessão da sepultura n.º 332 do talhão n.º 7 A a título perpétuo com 2,00mX0,75m e 1,15m de profundidade, à Sra. Maria Isabel Guerreiro Velhinho de Almeida, portadora do Cartão de Cidadão N.º 02251790. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## **2 – Proposta de Deliberação N.º 78/2015** -----

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----

Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuar, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----

Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excecionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. -----

Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. -----

Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada. -- Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades. --- São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excecional e temporário das actividades em causa. -----

O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das atividades das autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal. -----

Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da atividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de proteção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, e em face ao acima exposto propõe-se: -----

1 – Aprovação da seguinte Candidatura: -----

- Candidatura N.º 021/CEI/15 (Medida Contrato Emprego-Inserção – Beneficiários do Subsídio de Desemprego), para funções de serviços gerais atrás descritas – assistente operacional (Delegação de Competências), no valor 83,84 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Senhor Manuel Vítor Rolo. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### **3 – Proposta de Deliberação N.º 79/2015 -----**

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----

Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuar, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----

Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excecionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. -----

Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. -----

Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada. --

Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades. ---

São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excecional e temporário das actividades em causa. -----



O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das atividades das autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal. -----

Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da atividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de proteção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, e em face ao acima exposto propõe-se: -----

1 – Aprovação da seguinte Candidatura: -----

- Candidatura N.º 021/CEI/15 (Medida Contrato Emprego-Inserção – Beneficiários do Subsídio de Desemprego), para funções de serviços gerais atrás descritas – assistente operacional (Delegação de Competências), no valor 83,84 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Senhor Ernesto de Brito Bento. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### **4 – Proposta de Deliberação N.º 80/2015 -----**

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----

Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuar, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----

Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excecionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. -----

Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. -----

Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada. --

Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades. ---

São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excecional e temporário das actividades em causa. -----

O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das actividades das autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal. -----

Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da atividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de proteção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de atividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências

socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, e em face ao acima exposto propõe-se: -----

1 – Aprovação da seguinte Candidatura: -----

- Candidatura N.º 021/CEI/15 (Medida Contrato Emprego-Inserção – Beneficiários do Subsídio de Desemprego), para funções de serviços gerais atrás descritas – assistente operacional (Delegação de Competências), no valor 83,84 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Senhor Valentin Ciobotaru. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## **5 – Proposta de Deliberação N.º 81/2015** -----

Reconhecendo a importância que o desporto assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual e física dos nossos municípios, as Grandes Opções do Plano para 2015 desta Junta de Freguesia preveem, através do apoio a ações de índole desportiva, o incentivo a entidades que promovam atividades neste âmbito. -----

Face ao exposto e atendendo que este apoio encontra a devida expressão nas GOP para o ano económico de 2015, propõe-se: -----

1. A atribuição de uma comparticipação financeira ao Linda-a-Pastora Sporting Clube, no valor de 400,00 € (quatrocentos euros), para apoio à aquisição de equipamentos para a modalidade de atletismo em que o Clube se faz representar, com diversas vertentes: pista, corta mato e estrada. -----

2. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## **6 – Proposta de Deliberação N.º 82/2015** -----

À semelhança de situações anteriores e no âmbito das competências das Juntas de Freguesia e das GOP para 2015, pretende esta Junta de Freguesia continuar a apoiar a Direção Geral de Reinserção Social, nomeadamente com a aceitação de indivíduos para execução de medidas de trabalho a favor da comunidade. -----

Neste contexto, foi-nos solicitado pela Direção Geral acima mencionada a colocação de um indivíduo nesta Junta de Freguesia para prestação de trabalho comunitário e face ao exposto a integração será da seguinte forma: -----

- Ricardo Manuel Quintela Rodrigues – 55 horas – será colocado no Mercado Municipal de Queijas (responsável: vogal do executivo Sr. António Rocha); -----

Face ao exposto, proponho: -----

1 – A aceitação do indivíduo Ricardo Manuel Quintela Rodrigues para realização de trabalho comunitário. -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## **8 – Proposta de Deliberação N.º 83/2015 -----**

O Orçamento da União das Freguesias de Carnaxide – Queijas para 2015 se consubstancia num conjunto de Rubricas de Despesa Corrente e de Capital. -----

Algumas destas rubricas consubstanciam-se em Ações – PPA, valorizadas em função das necessidades previstas para 2015, tanto no que respeita a rubricas da despesa corrente, como em códigos de PPI (associadas a rubricas da despesa de capital). -----

Face a uma gestão que se pretende analítica e periódica, com dedução em rubricas que não foram totalmente executadas reforçando rubricas que pela sua natureza são necessárias reforçar, nomeadamente, reforço das verbas de encargos com a prestação de serviços ao nível das obras exteriores na Freguesia para uma melhor eficiência dos meios humanos ao dispor. -----

A 5ª alteração orçamental encontra-se formulada no âmbito das regras em vigor no POCAL, e demais legislação em vigor, nos termos legais, podendo a mesma ser submetida ao Executivo para competente deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do ponto 1 do artº 16º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. A aprovação da 5ª Alteração Orçamental que importa no montante de 8.200,00 € (oito mil e duzentos euros), conforme mapas em anexo. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## **9 – Proposta de Deliberação N.º 84/2015 -----**

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

As Freguesias de Carnaxide e Queijas passaram a ter a designação de "União das Freguesias de Carnaxide e de Queijas" com um território único, com a Junta de Freguesia na sede na Freguesia de Carnaxide no Centro Cívico de Carnaxide e uma delegação no atual edifício da Junta de Freguesia de Queijas. -----

Ainda por agregação mantêm-se em vigor os protocolos de delegação de competências assinados entre esta Autarquia e o Município de Oeiras, cuja gestão pertence a esta Junta de Freguesia. -----

Conforme nas GOP e Orçamento, ambos documentos aprovados para 2015, e despacho do Sr. Presidente da CMO, Dr. Paulo Vistas a 15 de Maio de 2015, através do e-mail CMO/GAF nº 432/2015 e com a assinatura do acordo de execução da delegação de competências com o Município de Oeiras no dia 15 de Maio de 2015, torna-se necessário dotar esta Junta de Freguesia dos meios necessários para cumprimento do acordo de execução. -----

Pela sua natureza, trata-se de um serviço provisório e eventual, com acréscimo de serviço no que respeita à necessidade de acompanhamento dos trabalhos de limpeza urbana em Carnaxide, pelo que decorre promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, com experiência de operário especializado, que possa assegurar este serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 30 de Junho de 2015; -----

- Para desenvolver este serviço é proposto à pessoa singular, o Sr. António Augusto Conceição Santos; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,54 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----

- O valor estimado da aquisição de serviços anteriormente referenciada com cabimento na rubrica 06/01.01.07.99 – Diversas prestações de serviços (GOP/Orçamento de 2015); -----

- A fundamentação da necessidade destas aquisições de serviços foi fundamentada anteriormente; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto simplificado com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do n.º 1, alínea a) e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, conjugado com o n.º 1, da alínea a) do artigo 20.º, artigo 36.º, n.º 1, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º, e artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados com a Lei das Autarquias Locais, Lei nº 75/2013 de 12 de

Setembro, e pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP; -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, conforme tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS, bem como implica uma prestação certa mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos do n.º 7 do artigo 35.º, da LVCR «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 2 do artigo 35.º da LVCR, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos: -----

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. -----

A Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 (doravante identificada por “LOE 2015”), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LVCR, independentemente da natureza da

contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença. -----

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da LVCR, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, a qual apenas será exigível com a entrada em vigor de portaria específica que regule os termos e condições do procedimento prévio de recrutamento de pessoal colocado em mobilidade especial, o que ainda não se verificou; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Aplicação da redução remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2015, cujo preço mensal esteja sujeito à retenção, com exceção dos contratos de aquisição de serviços cuja celebração ou renovação anterior já tenha sido objeto de redução e obtido parecer favorável. -----

### III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, abreviadamente identificada por "LVCR"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro às autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro; -----

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2015, abreviadamente identificada por "LOE 2015"; -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

#### IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 - Nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 - Existe a necessidade de adquirir serviços gerais que se traduz no acompanhamento dos trabalhos de limpeza urbana. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 30 de Junho de 2015. -----

4 - O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5 - Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015; -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, António Augusto Conceição Santos, contribuinte n.º 123 420 350. O prestador de serviços deverá entregar situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.
---

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 22h36m horas. -----



**O Executivo**

**O Presidente**

---

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

**O Secretário**

---

(Américo Duarte)

**O Tesoureiro**

---

(Luís Lopes)

**O Vogal**

---

(José Rodrigues)

**O Vogal**

---

(António Rocha)